



PLANO DE MOBILIDADE

ANUÁRIO ESTATÍSTICO



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

CPTrans apresenta no Comutran laudo pericial realizado nas garagens da Petro Ita e Cascatinha

Comunicado CPTrans

Prefeitura realiza simulado do trânsito para a Bauernfest

Enel está no Carangola para atender a ocorrência com a carreta da Alfa Laval

CPTra

CPTra

CLIQUE E ACESSO OUTRAS NOTÍCIAS SOBRE TRÂNSITO E TRANSPORTES

D.O. N.º 6422 - Sexta-feira, 13 de maio de 2022

DECRETO N.º 107 de 13 de maio de 2022

TARIFA (transporte convencional) pagamento com Cartão Riocard	R\$ 4,80
TARIFA (transporte convencional) pagamento em espécie	R\$ 4,95
EXECUTIVO (Bingen)	R\$ 6,00
EXECUTIVO (Araras)	R\$ 7,25
EXECUTIVO (Itaipava, Posse)	R\$ 8,50

CONSIDERANDO que dentre os bens que compõem o acervo móvel do CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE, há inúmeras obras de arte, documentos históricos e livros renomados, de imensa valia não só para o patrimônio cultural da municipalidade, como também do país;

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público de preservar o patrimônio público cultural, o que pode se dar através de tombamento ou desapropriação, nos termos do artigo 216 da CF/88;

CONSIDERANDO que o referido Centro já foi tombado, através do Decreto Municipal n.º 619/11;

CONSIDERANDO que o tombamento do referido Centro não mais atende aos anseios do mencionado artigo 216 da CF/88, visto que atualmente não mais consegue proteger, de forma adequada todos os bens móveis e imóveis do CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE;

CONSIDERANDO a necessidade da desapropriação dos bens móveis e imóveis que compõem o acervo do referido Centro, visto que a proprietária do imóvel deseja aliená-lo, conforme se verifica pelo petição recentemente protocolizado em 21/02/22 no Processo n.º 0093754-90.2020.8.19.0001, o que pode dar ensejo a possíveis prejuízos ao patrimônio cultural municipal, fato esse, inclusive, ressaltado na promoção ministerial exarada no referido feito judicial, às fls. 50.539 e 50.540;

CONSIDERANDO por fim que, mediante Declaração de Utilidade Pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, ficando as autoridades administrativas para efeito de imissão provisória de posse, autorizadas a adentrar nos imóveis compreendidos na declaração, nos termos dos artigos 2º, 6º e 7º, do Decreto Lei n.º 3.365/1941;

D E C R E T A

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Município, por via administrativa ou judicial, o imóvel constituído pelo domínio útil do prazo de terras n.º 849-J do Quarteirão Mosela, subdivisão de n.º 849-B, foreiro à Companhia Imobiliária de Petrópolis, com a superfície de 3.295,50 m², medindo 22,00 m – 38°28'10"NO, de frente para o Rio Paulo Barbosa; 150,00 m 54°31'50"SO, do lado em que confronta com o prazo n.º 849-A, de propriedade de Paulo Frederico Rego de Mello ou sucessores; 22,00 m – 38°28'10"SE, na linha dos fundos, onde confronta com o resto do prazo n.º 849-B de propriedade dos senhores José Martins Wendling e sua mulher ou sucessores; e 150,00 m – 54°31'50"NE, do lado restante, onde confronta com o prazo n.º 849-C-Resto, de propriedade de João Duarte Leite Filho ou sucessores.

Art. 2º – O imóvel ora declarado de utilidade pública é necessário para que seja resguardada a guarda, preservação, integridade e acessibilidade pública do CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE.

Art. 3º – Ficam, igualmente, declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens móveis que guarnecem o imóvel expropriado e que integram o acervo do CENTRO ALCEU AMOROSO LIMA PARA A LIBERDADE.

Art. 4º – Fica o Município de Petrópolis autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto, a fim de atender ao interesse público ora declarado.

Art. 5º – Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a proceder, por via administrativa amigável ou judicial, mediante prévia avaliação, a desapropriação do imóvel objeto do presente Decreto nos termos da Lei.

Art. 6º – Fica o Município de Petrópolis, autorizado a invocar caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no art. 15, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 7º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA
Procurador-Geral

DECRETO N.º 105 de 13 de maio de 2022

Prorroga Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetadas por TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS (COBRADE – 1.3.2.1.4), previstas pelo Decreto n.º 033, de 15 de fevereiro de 2022.

O Prefeito do Município de Petrópolis, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 5º, incisos XI e XXV e 37, inciso IX da Constituição Federal, dentre outros, além da previsão contida no artigo 78, inciso XLI da Lei Orgânica Municipal, no artigo 8º, inciso VI da Lei Federal n.º 12.608 de abril de 2012 e na Instrução Normativa do Ministério do Desenvolvimento Regional n.º 36, de 04 de dezembro de 2020, e

CONSIDERANDO a declaração do estado de Calamidade Pública, através do Decreto Municipal n.º 033, de 15 de fevereiro de 2022, homologado pelo Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto n.º 47.957, de 16 de fevereiro de 2022, e reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, através da Portaria n.º 395, de 16 de fevereiro de 2022, em virtude de intensas chuvas, que assolaram o Município, no dia 15 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO as chuvas que assolaram novamente o Município de Petrópolis no dia 20 de março de 2022, quando o índice pluviométrico alcançou 530 milímetros, acumulados no intervalo de menos de 24 horas, índice que representou o novo recorde nacional, apurado pelos órgãos de monitoramento, no acumulado de tal intervalo;

CONSIDERANDO que, em decorrência de tal fenômeno da natureza, ocorreram inundações em todas as bacias hidrográficas do 1º e 2º Distritos do Município, além de deslizamentos de grande magnitude em diversos pontos desta região;

CONSIDERANDO que referidos desastres naturais ocasionaram novos óbitos, bem como um grande contingente de pessoas feridas e hospitalizadas, além de elevado número de desabrigados e desalojados e vultosos danos de ordem material e ambiental;

CONSIDERANDO que, em face a extensão do novo desastre, todas as ações efetivadas até então, necessitam ser refeitas, em magnitude que superou a capacidade de resposta do município;

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o Município não dispõe de recursos próprios ou mesmo previsão orçamentária suficientes para arcar com o montante dos prejuízos sofridos e fazer frente ao trabalho de resposta, menos ainda à reconstrução que, desde já, se mostra necessária;

D E C R E T A

Art. 1º – Fica prorrogado por 90 (noventa) dias, o Estado de Calamidade Pública, declarado no art. 1º do Decreto Municipal n.º 033, de 15 de fevereiro de 2022.

Art. 2º – O Estado de Calamidade Pública permanecerá em vigor enquanto não forem satisfatoriamente resolvidos e equacionados todos os principais problemas resultantes deste desastre que aflije o Município, sendo certo que não ultrapassará o prazo total de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA
Procurador-Geral

GIL CORREIA KEMPERS VIEIRA

Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias

DECRETO N.º 106 de 13 de maio de 2022

Dispõe sobre a Comissão de elaboração do Processo Seletivo de Estagiários 2022.

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a determinação contida na Lei Municipal n.º 6.475 de 13 de setembro de 2007, c/c com a Lei n.º 6.798/2010, de que a contratação de estagiários pela Administração Direta e Indireta será realizada mediante Processo de Seleção;

CONSIDERANDO a economia ao erário pela elaboração do Processo Seletivo diretamente pela administração pública comparativamente à contratação de serviço de terceiro;

CONSIDERANDO que o serviço a ser prestado está previsto no Inciso II, do Art. 124, da Lei n.º 6.946/2012;

D E C R E T A

Art. 1º – Fica constituída Comissão para elaboração de Processos Seletivos previstos pela Lei Municipal n.º 6.475/2007 c/c a Lei n.º 6.798/2010, responsável por todas as suas fases, composta por 01 (um) Coordenador e 06 (seis) Membros.

Art. 2º – A Comissão será integrada pelos seguintes servidores:

Coordenador:

– ADRIANO DA COSTA FONSECA, matrícula n.º 14250-6

Membros:

– ANDRÉIA CARDOZO QUADRIO, matrícula n.º 19944-3;
– CARLA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS, matrícula n.º 11574-6;
– CARLINDO ALVES FILHO, matrícula n.º 23296-3;
– ELDER DE CARVALHO, mat. 14471-1;
– FERNANDA CORRÊA RODOLFO, matrícula n.º 18481-0;
– THIAGO PINTO PEREIRA, matrícula n.º 23326-9.

Art. 3º – O Coordenador e cada um dos membros receberão gratificação fundamentada no inciso II, do Art. 124, da Lei n.º 6.946/2012, equivalente a 04 (quatro) UFPEs, em parcela única.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor a partir de 13 de abril de 2022.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA
Procurador-Geral

RAMON PEDRO DE MELLO

Secretário de Administração e de Recursos Humanos
(Republishado por ter saído com incorreção)

DECRETO N.º 107 de 13 de maio de 2022

Revisa as tarifas dos serviços de Transporte Coletivo Convencional e Seletivo no Município de Petrópolis, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Petrópolis, no uso de suas atribuições legais, com amparo no que dispõe o inciso I, do Art. 34, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis;

CONSIDERANDO o ofício GPD n.º 268/2022 da Presidência da CPTRANS;

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo n.º 21674/2022;

CONSIDERANDO que o valor do reajuste é o mínimo possível para manter a sustentabilidade do sistema frente ao forte aumento dos custos relacionados ao transporte, que subiram muito acima da média da inflação desde 2019;

CONSIDERANDO que a redução no movimento de passageiros causada pela pandemia foi fator de forte pressão para o sistema;

CONSIDERANDO que o valor da gasolina alcançou o maior valor nominal desde que a ANP passou a fazer le-

vantamento semanal de preços, em 2004, e que o diesel já acumula, no ano, alta de 47% nas refinarias da Petrobras;

CONSIDERANDO a inflação dos itens do setor e a necessidade de manutenção dos veículos;

CONSIDERANDO que os pneus, junto com os demais peças e mão de obra de manutenção, também, tiveram aumento na casa dos 30 a 40%;

CONSIDERANDO que as empresas de transporte não conseguem absorver mais estes novos custos, com o atual valor da tarifa;

CONSIDERANDO a reunião do COMUTRAN, realizada no dia 10 de maio de 2022, nos termos do inciso V do art. 173, da LOM, e ainda, o Relatório do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do Conselho Municipal de Transportes;

CONSIDERANDO, que o atual valor da tarifa aplicada no sistema público da cidade não sofre nenhuma recomposição desde 07 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO ser necessário garantir o reajuste concedido aos rodoviários;

CONSIDERANDO que as planilhas e a ata da Comutran restaram encaminhadas à Câmara Municipal de Petrópolis, no dia 13 de maio de 2022, por meio do ofício GP n.º 307/2022, observando-se o disposto no art. 173, parágrafos 1º e 3º da LOM;

DECRETA

Art. 1º – Fica a tarifa de todas as linhas de Transporte Coletivo Convencional do Município de Petrópolis fixada em R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos) para pagamento em espécie, e R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos), nos pagamentos de passagem feitos com cartão Rio Card.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos casos de descontos de tarifas previstos em Lei.

Art. 2º – O preço da tarifa de linhas de Transporte Coletivo Executivo deverá obedecer ao que dispõe o art. 8º, inciso III, da Lei n.º 6.090/2004, sendo necessariamente, no mínimo, 30% (trinta por cento) superior a tarifa fixada para os serviços de transportes convencionais.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, passando as tarifas a terem vigência a partir do dia 22 de maio de 2022.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA

Procurador-Geral

PORTARIA N.º 849 de 13 de maio de 2022

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER, de acordo com o disposto na Lei n.º 7.882/2019, ISENÇÃO DA TAXA DE COLETA DE LIXO, a partir do exercício de 2022, ao imóvel de propriedade da Fraternidade Francisco de Assis, situada a Rua Coronel Veiga, 919, Petrópolis, RJ, Inscrição Municipal n.º 19507. (Proc. n.º 55042/2021)

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

PORTARIA N.º 850 de 13 de maio de 2022

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

DESIGNAR, nos termos do art. 20 da Lei n.º 6.389/2006 e art. 8º do Decreto n.º 482/2007, os servidores abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO JULGADORA DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS (COJIN):

Presidente:

– VITOR MOREIRA, matrícula n.º 23625-0;

Vice-Presidente:

– MIGUEL FAUSTO PEREIRA DO NASCIMENTO, matrícula n.º 19436-0;

Membros Julgadores:

– MARIO BRUNO DA SILVA VIEIRA, matrícula n.º 23948-8;
– ANDERSON GUERRA PINHEIRO, matrícula n.º 21739-5;
– SEBASTIÃO MARTINS DE MEDEIROS FILHO, matrícula n.º 23608-0.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

PORTARIA N.º 851 de 13 de maio de 2022

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

SUBSTITUIR os membros titulares e suplentes da Secretaria de Meio Ambiente, junto aos Conselhos Municipais relacionados abaixo:

Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS)

– Suplente: MAURO LUIS ROSA CORREA em substituição a Almir Schmidt.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

– Suplente: NELSON ECKHARDT SANTOS em substituição a Almir Schmidt.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de maio de 2022.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito

Secretaria de Administração e de Recursos Humanos

CORRIGENDA

Portaria n.º 314 de 23/08/21, referente a servidora JÚLCINEIA FERREIRA DA CUNHA, na publicação do expediente de 26/08/21, DO n.º 6249

– Onde se lê: "...a partir de 01/09/2021".

– Leia-se "...a partir de 04/08/2021".

(Processo n.º 40926/21)

Gabinete da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, em 10 de maio de 2022.

CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS BRITO

Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro

Portaria n.º 0171 de 04/05/22, referente a servidora PATRICIA MARIA DA SILVA BITTENCOURT, na publicação do expediente de 06/05/22, DO n.º 6417

Onde se lê: "...180 (cento e oitenta) dias, à servidora, PATRICIA MARIA DA SILVA BITTENCOURT, no cargo de professor do Q P, matrícula n.º 14552-1, a partir de 19/01/22".

Leia-se "...180 (cento e oitenta) dias, à servidora, PATRICIA MARIA DA SILVA BITTENCOURT, no cargo de Professor do Q P, matrículas n.º 14552-1 e n.º 18057-2, a partir de 19/01/22". (Processo n.º 5014/22)

Portaria n.º 0174 de 04/05/22, referente a servidora ELISA MARIA NOBRE FERREIRA, na publicação do expediente de 06/05/22, DO n.º 6417

Onde se lê: "...60 (sessenta) dias, à servidora, ELISA MARIA NOBRE FERREIRA, no cargo de professor do Q P, matrícula n.º 19252-0, a partir de 20/02/22".

Leia-se "...60 (sessenta) dias, à servidora, ELISA MARIA NOBRE FERREIRA, no cargo de Professor do Q P, matrículas n.º 19252-0 e n.º 21471-0, a partir de 20/02/22". (Processo n.º 8526/22)

Gabinete da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, em 11 de maio de 2022.

CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS BRITO

Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM DE PUBLICAÇÃO N.º 346/2022 EXTRATO DE TERMO

Extrato do termo n.º 42/2022, livro B-48, fls. 85/87. Processo Administrativo n.º 9923/2022. Contrato Emergencial de Execução de obras entre o MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS e ENGE PRAT ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. O objeto deste contrato, sob o regime de empreitada por preço unitário, é a EXECUÇÃO DE MURO DE GABIÃO NA RUA BELINHA CAVALCANTI, PRÓXIMO À SERVIDÃO FLÁVIO CAVALCANTI, CAXAMBU, PETRÓPOLIS-RJ. Prazo de conclusão é de 90 dias corridos. O valor é de R\$ 122.196,76. Programa de Trabalho n.º 26.01.06.182.201 6.2064.3390.39.12, fontes 1.700.00 e 1.704.99 e notas de empenho de n.ºs 694/2022 e 695/2022, da Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias. Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois.

RAMON PEDRO DE MELLO

Secretário de Administração e de Recursos Humanos

BOLETIM DE PUBLICAÇÃO N.º 377/2022 EXTRATO DE TERMO

Extrato do termo n.º 43/2022, livro B-48, fls. 88/92. Processo Administrativo n.º 10529/2022. Contrato de Execução de Obras entre o MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS e SERVET SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI. O objeto é a EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO VICENZO RIVETTI – CARANGOLA – PETRÓPOLIS/RJ – EMENDA PARLAMENTAR N.º 11129.4920001/18-002. O Prazo é de 150 dias corridos. O valor global é de R\$ 999.581,70. Programa de Trabalho n.º 18.02.10.302.2020.2079.3390.39.11, fonte n.º 1.500.99 e nota de empenho n.º 960/2022, do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria de Saúde. Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

RAMON PEDRO DE MELLO

Secretário de Administração e de Recursos Humanos

BOLETIM DE PUBLICAÇÃO N.º 378/2022 EXTRATO DE TERMO

Extrato do termo n.º 36/2022, livro D-37, fls. 111/113. Processo Administrativo n.º 8204/2022. Contrato Emergencial de Execução de Serviços entre o MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS e BARRA NOVA ENGENHARIA LTDA. EPP. O objeto é a EXECUÇÃO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE DIVERSAS VIAS E RIOS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS/RJ. O prazo é de 90 dias corridos. Valor global de R\$ 69.766,00. Programa de Trabalho n.º Trabalho n.º 26.01.06.182.2016 2.064 3390.39.25, Fonte 1.700.00, notas de empenho n.º 724/22, no valor de R\$ 27.906,40 e n.º 725/22, no valor de R\$ 41.859,60, ambas da Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias. Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

RAMON PEDRO DE MELLO

Secretário de Administração e de Recursos Humanos

Secretaria de Fazenda

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01 de 13 de maio de 2022

Dispõe sobre o procedimento para lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU e dá outras providências

O Secretário Municipal de Fazenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 7.510/2017,

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos atos para o lançamento do IPTU, nos termos da Lei Municipal n.º 3.970/1978;



Proposta das empresas de ônibus, que queriam levar preço da passagem para R\$ 7,58, foi rejeitada.

Foto: Divulgação.

No cartão, valor passa de R\$ 4,40 para R\$ 4,80; no dinheiro, passagem será R\$ 4,95

JESSICA MARQUES

O Comutran (Conselho Municipal de Trânsito e Transportes) de Petrópolis (RJ) aprovou um aumento de 9% na tarifa de ônibus municipais.

Com o reajuste, a tarifa passará de R\$ 4,40 para R\$ 4,80, caso seja paga no cartão. No pagamento por dinheiro, a tarifa ficará em R\$ 4,95.

Segundo a Prefeitura, a decisão foi motivada pelo aumento de 80% no preço do diesel, considerando os últimos 30 meses.

Entretanto, a Prefeitura ressalta que a proposta das empresas de ônibus, que queriam levar preço da passagem para R\$ 7,58, foi rejeitada.

O aumento foi aprovado durante reunião na noite desta terça-feira, 10 de maio de 2022.

JUSTIFICATIVA

Segundo a Prefeitura, "o reajuste, no entendimento do Conselho, é um forma de garantir o equilíbrio econômico e financeiro do sistema. E mais do que isso: garantir que o sistema continue existindo".